

# Sumário

<b>1. O princípio constitucional da Soberania .....</b>	<b>1</b>
<b>1.1. A soberania como princípio fundamental constitucional         estruturando de forma ampla e abrangente a interpretação         do sistema normativo de nosso País.....</b>	<b>1</b>
<b>1.2. A soberania nacional em face do princípio da independência         nacional: o direito à autodeterminação do povo brasileiro         estabelecido por nossa Constituição Federal .....</b>	<b>8</b>
<b>1.3. A soberania nacional como princípio geral da atividade         econômica estabelecido em nossa Constituição Federal.....</b>	<b>11</b>
<b>1.4. A soberania como o direito de decidir, independentemente         de influências estrangeiras, sobre o desenvolvimento social:         o piso vital mínimo.....</b>	<b>13</b>
<b>1.5. A soberania como o direito de decidir, independentemente de         influências estrangeiras, sobre o desenvolvimento cultural .....</b>	<b>19</b>
<b>1.6. A soberania como poder que emana do povo e sua efetividade:         o princípio da legalidade .....</b>	<b>20</b>
<b>1.7. O direito do povo à soberania e a liberdade de decidir,         independentemente de influências estrangeiras, sobre         sua forma de governo, seu sistema de governo e o seu         desenvolvimento econômico, social e cultural (independência         nacional) em face dos tratados ou convenções internacionais .....</b>	<b>22</b>

<b>2. As empresas como atividades econômicas e seu balizamento constitucional em face dos princípios constitucionais vinculados ao nosso desenvolvimento econômico: a defesa do meio ambiente como princípio geral da atividade econômica em face da orientação do Supremo Tribunal Federal (ADI 3540) e seus reflexos no sistema normativo .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 As empresas como atividades econômicas e seu balizamento constitucional.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2. A defesa do meio ambiente como princípio geral da atividade econômica em face da orientação do Supremo Tribunal Federal (ADI 3540) e seus reflexos no sistema normativo.....</b>	<b>31</b>
<b>3. Defesa do meio ambiente como princípio geral da atividade econômica e seus reflexos em face do balizamento normativo que condiciona a atuação das empresas transnacionais no Brasil .....</b>	<b>37</b>
<b>3.1. Empresas transnacionais .....</b>	<b>37</b>
<b>3.2. As empresas transnacionais e seu enquadramento jurídico em face do direito constitucional brasileiro .....</b>	<b>47</b>
<b>3.3. A empresa transnacional como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional: o conceito de atividade e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna.....</b>	<b>53</b>
<b>3.4. A empresa transnacional como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional: sua vinculação ao princípio da soberania.....</b>	<b>57</b>
3.4.1. Os reflexos do princípio da soberania em face das empresas transnacionais: sua vinculação ao princípio dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.....	65
3.4.2. Os reflexos do princípio da soberania em face das empresas transnacionais: sua vinculação aos princípios fundamentais relacionados ao objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantia de desenvolvimento nacional,	

erradicação da pobreza e marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação ..... 72

3.4.3. Os reflexos do princípio da soberania em face das empresas transnacionais: princípio da legalidade ..... 75

**3.5. A empresa transacional como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional em face das normas gerais de direito econômico estabelecidas pela Constituição Federal (Art. 170 e segs. da Constituição Federal)..... 78**

**3.6. A empresa transacional em face das normas gerais de direito econômico estabelecidas pela Constituição Federal e o princípio da defesa do meio ambiente (Art. 170, VI da Constituição Federal) .. 83**

**3.7 A defesa do meio ambiente (CF, art. 170, VI), traduzida em face de seu conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial e meio ambiente laboral: a relação jurídica ambiental e o uso dos recursos ambientais (bens ambientais) como matéria prima.....93**

3.7.1 A empresa transacional em face da relação jurídica ambiental... 95

3.7.2. O Brasil como uma economia de recursos ambientais e o uso lícito de referidos recursos pelas empresas transnacionais em face do direito ambiental constitucional brasileiro ..... 98

3.7.3. O Brasil como uma economia de recursos ambientais e o uso lícito de referidos recursos pelas empresas transnacionais em face do direito ambiental constitucional brasileiro. O bem ambiental criado pela Constituição Federal de 1988 como terceiro gênero de bem e a contribuição dada pela doutrina italiana em face da análise dos direitos metaindividuais ..... 106

3.7.4. Os bens ambientais em face de sua estrutura jurídica constitucional: bens essenciais à sadia qualidade de vida e de uso comum do povo.....	137
3.7.5 Bens essenciais à sadia qualidade de vida: Piso Vital Mínimo e a “tese” da “reserva do possível” (Der Vorbehalt des Möglichen) .....	140
3.7.6. Bens de uso comum do povo.....	143
3.7.7. Soberania, Segurança nacional e o uso de recursos naturais/ recursos ambientais pelas empresas transnacionais em face do direito ambiental constitucional brasileiro .....	144
3.7.7.1. Bens ambientais no Estado Democrático de Direito e Segurança Nacional.....	144
3.7.7.2. Agressão estrangeira aos bens ambientais e o Sistema Nacional de Mobilização (lei 11631/07) .....	146
<b>3.8. A defesa do meio ambiente (Art. 170, VI da CF) em face da soberania ambiental e a atuação das empresas transnacionais vinculada à obediência do direito ambiental constitucional .....</b>	<b>148</b>
3.8.1. A cláusula constitucional proclamadora do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial à sadia qualidade de vida da pessoa humana e a orientação do Supremo Tribunal Federal no que se refere à atividade econômica e seu exercício em harmonia com os princípios destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente.....	148
<b>4. Soberania constitucional e as empresas transnacionais em face dos denominados acordos internacionais vinculados ao meio ambiente .....</b>	<b>159</b>
<b>4.1. Tratado da Antártica e Protocolo de Madrid.....</b>	<b>161</b>
<b>4.2. Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos .....</b>	<b>163</b>

4.3. Convenção para a Conservação das Focas Antárticas.....	163
4.4. Convenção sobre Diversidade Biológica .....	167
4.5. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima...	170
4.6. Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima .....	175
4.7. Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima .....	176
4.8. Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares.....	180
4.9. Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África .....	181
4.10. Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES .....	183
4.11. Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental.....	184
4.12. Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (Convenção de Basileia) ....	185
4.13. Acordo para Implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.....	191
4.14. Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.....	192
4.15. Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios .....	194

<b>4.16. Acordo Internacional de Madeiras Tropicais.....</b>	<b>195</b>
<b>4.17. Convenção sobre Zonas Úmidas .....</b>	<b>212</b>
<b>4.18. Convenção Internacional para Regulamentação da Pesca da Baleia .....</b>	<b>213</b>
<b>Bibliografia/Referências.....</b>	<b>215</b>